

EIXO CAPITAL



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA / carlosalexandre.df@dabr.com.br

Advogado e armado

O porte de arma para advogados é assunto que está agitando a OAB-DF. Há uma corrente que defende essa prerrogativa, que vale para promotores e juizes. Ontem, o Conselho Pleno da OAB-DF avaliou o pedido de um grupo de advogados que requisita o apoio da seccional brasiliense à aprovação de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. O colegiado da OAB decidiu promover uma votação on-line, ouvindo toda a categoria, e realizar uma audiência pública sobre o tema.

Mais violência

O ex-Advogado Geral da União Luís Inácio Addams é contrário à ideia. "A paridade de armas para o advogado são as garantias de acesso ao Judiciário e ao direito de defesa dos brasileiros pelos advogados. Precisamos mudar a advocacia do cafezinho para a tribuna dos tribunais em que haja atenção do juiz aos argumentos e pleitos feitos pelos advogados. O porte de arma não traz paridade e isonomia. Traz, apenas, o aumento da violência, contra a mulher, contra o negro e contra o índio", argumenta.

Barrado no baile

Com a segunda maior votação para deputado distrital nas eleições de 2018, o delegado Fernando Fernandes, convidado a se retirar do Pros-DF, teve sua tentativa de filiação ao PSL barrada ontem. O nome do atual administrador de Ceilândia foi vetado pelos membros do partido, que prometeram uma debandada, caso Fernandes fosse aceito. Com quase 30 mil votos nas últimas eleições, o distrital tem enfrentado dificuldades para conseguir uma nova legenda. O motivo: ninguém quer correr o risco de servir de degrau para a reeleição de Fernandes, que também tem nas mãos a Administração do Sol Nascente/Pôr do Sol.

Concorrência

Uma alternativa para Fernandes seria uma disputa à Câmara dos Deputados, com convite de filiação ao MDB feito pelo governador Ibaneis Rocha. A parada não está fácil, porém. O delegado terá que concorrer com Rafael Prudente, atual presidente da CLDF, e primeira opção do partido ao cargo.

MP recomenda à PM que segure militares no Sete de Setembro

O Ministério Público do DF deu o sinal mais veemente da preocupação com o avanço do bolsonarismo na Polícia Militar, fenômeno que ocorre na capital federal e em outros estados. Em documento encaminhado ao secretário de Segurança e ao comandante-geral da PMDF, os promotores militares Nísio Tostes (e), Paulo Gomes Junior (d) e Flavio Milhomem recomendam que a corporação proíba integrantes da ativa de participar dos atos programados para Sete de Setembro. Além de mencionar a legislação que veda qualquer tipo de manifestação política por militares da ativa, os promotores mencionam decisão da ministra do Superior Tribunal de Justiça, Laurita Vaz.

De prontidão

Na recomendação enviada ao GDF, os promotores militares ressaltam, ainda, a necessidade de manter todo o efetivo da PMDF de prontidão, sem qualquer dispensa entre os dias 6 e 8 de setembro. Os integrantes da Promotoria Militar deixam muito clara a preocupação com a possibilidade de confrontos no Dia da Independência.

MPDF/Divulgação



Promotores militares e secretário de Segurança

Atentos

Há dias o Ministério Público cobra providência do GDF em relação ao Sete de Setembro, o mais novo capítulo da polarização nacional. Em 23 de agosto, a Promotoria de Justiça Militar requisitou informações sobre o policiamento e as ações preventivas de inteligência programadas para as manifestações. Na quarta-feira, dois promotores se reuniram pessoalmente com o secretário de Segurança do DF, Júlio Danilo(c).

Estaremos lá

À coluna, o comandante da PM comentou a iniciativa do MP. "A recomendação está alinhada com a ordem jurídica. Estamos focados em cumprir a legislação, nossa Constituição, garantindo à população o direito de se manifestar livremente e contando com a Polícia Militar como garantidor desse direito e de outros, como o respeito à dignidade. Estaremos na Esplanada como sempre estivemos em outras ocasiões, cumprindo integralmente nosso papel constitucional e nossa missão de servir e proteger a população", disse o coronel Márcio Cavalcante de Vasconcelos.

Trio para 2022

A participação dos três senadores eleitos pelo DF na CPI da Covid, ontem, é mais uma demonstração de que o trio está empenhado em unir esforços para as eleições de 2022. Reguffe, Izalci e Leila não escondem que estarão juntos no próximo ano. A questão é definir o papel de cada um.

Jovem e candidato

O PSOL está trabalhando para lançar Raphael Sebba, assessor especial da Casa Civil no governo Rollemberg, à corrida para o Buriti. Aos 30 anos, Sebba já se apresenta como um dos candidatos mais jovens do país a disputar uma cadeira de governador.

Resgates do Chiquinho do @cedocCB



Reprodução/CCOOR

Em 18 de novembro de 1976, o Correio estampou a manchete que se tornou o hino na voz de Renato Russo. "Que país é este?" é uma pergunta que permanece atual.

Justiça militar

O juiz federal Fernando Pessoa de Silveira Mello lança, no próximo dia 16, o livro *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Processo Penal Militar*. A publicação expõe as formas do julgamento da Justiça Militar, a mais antiga do país. O livro tem apresentação do ministro Luiz Fux, presidente de Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, e do presidente do Superior Tribunal Militar, general Luis Carlos Gomes Matos. O lançamento, por meio de live, terá a participação da ministra do STM Maria Elizabeth Guimarães, que assina o prefácio do livro.

Ana Dubeux/CB/D.A Press



Civilidade

Indignados com o desrespeito à lei do silêncio, moradores do edifício Emosa III, na 706/707 Norte, fizeram um apelo para sensibilizar a comunidade e os fiscais do DF Legal. Na faixa, o grupo de 15 famílias recorre ao Estatuto do Idoso e à Lei Antinarguilé para reivindicar o direito ao sossego.

Acompanhe a cobertura da política de Brasília em @correio

URBANISMO / Instituto pediu mais estudos sobre a revitalização. Um dos objetivos é tornar até 30% da região comercial em moradias

Iphan barra projeto no SCS

» ANA ISABEL MANSUR
» SAMANTA SALLUM

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) deu parecer contrário, ontem, ao projeto Viva Centro, cujo objetivo é revitalizar áreas centrais da capital federal. Com a posição do instituto, a iniciativa fica parada. A principal proposta do Viva Centro para o Setor Comercial Sul (SCS) é separar até 30% do local para uso residencial. "Vamos tentar uma nova rodada de diálogo com o Iphan", afirmou o governador Ibaneis Rocha (MDB) ao *Correio*. "Não adianta o governo fazer uma grande reforma lá, como está previsto e estamos fazendo, e não revitalizar a ocupação. Não adianta colocar a infraestrutura, sem uma ocupação que otimize, nem fazer melhorias se o espaço continuar abandonado, no sentido de circulação de pessoas e atividades", completou o chefe do Executivo local. Um levantamento de agosto do Sindicato do Comércio Varejista (Sin-

divarejista) apontou que o SCS tem, pelo menos, 101 lojas fechadas e 680 salas sem funcionar.

O Viva Centro havia sido aprovado em audiência pública, em novembro, e estava pronto para ser encaminhado à Câmara Legislativa. As entidades que representam o comércio da região e o Governo do Distrito Federal (GDF) foram pegos de surpresa com a decisão do Iphan — segundo eles, o instituto voltou atrás na ideia de aprovar o projeto. O órgão apontou que são necessários outros estudos técnicos com detalhamento mais aprofundado da proposta. "Realizarei os estudos pedidos pelo Iphan. Isso já fazia parte do nosso plano de trabalho. Mas, em uma segunda fase. Agora, será preciso muito mais tempo", destacou o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF, Mateus de Oliveira.

O vice-presidente do Sindivarejista, Sebastião Abritta, acredita que a revitalização do local é necessária. "Isso traz empreendimentos e gera empregos, além

de desafogar um pouco os transportes públicos e o trânsito de carros. Estamos em um momento de facilitar a implantação do desenvolvimento e, onde não há fluxo de gente, não há comércio", avalia. O GDF propôs o Viva Centro na forma de um Projeto de Lei Complementar (PLC) em setembro de 2020.

A iniciativa divide opiniões. O Viva Centro é apoiado por entidades representativas do comércio que, inclusive, têm sede no SCS, como a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF) e o Sindivarejista. No entanto, para o professor de arquitetura e urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) Frederico Flósculo, um verdadeiro diagnóstico dos efeitos do projeto envolve não apenas levantamento da área, mas programas governamentais posteriores à instalação de residências na região. "Não basta colocar as pessoas em uma sala de escritório, é preciso pensar em como elas vão viver no SCS em termos de desenvolvimento humano", adverte.

Minervino Junior/CB/D.A Press



Proposta busca atrair investimentos e movimentar a economia do local

Não adianta o governo fazer uma grande reforma lá, como está previsto e estamos fazendo, e não revitalizar a ocupação."

Ibaneis Rocha, governador do DF

ÁLVARO ERNESTO OLIVEIRA MISSA DE SÉTIMO DIA



Lysia Rosa e família consternados e profundamente tristes, participam o falecimento de Álvaro Ernesto Oliveira da Rosa e informamos que será celebrada uma missa de sétimo dia, **amanhã, dia 3 de setembro, sexta-feira, as 18h, na cripta do Santuário São Francisco de Assis. SGAN 915, módulo A/B, Asa Norte.**